



PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA

**128ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

CNPS

13 de dezembro de 2006
Brasília - DF

54 CNI – Aurélio Marcio Nogueira
55 CNC – José Idemar Ribeiro
56 CNM – Paulo Roberto Ziulkoski
57 CNT – Marcos Machado Soares

58
59

60 **II – ABERTURA**

61

62 Presidindo a Mesa, o Sr. Carlos Eduardo Gabas abriu a reunião, justificando a
63 ausência do Exm^o Sr. Ministro Nelson Machado, que lhe solicitou que transmitisse os
64 seus agradecimentos ao CNPS pelo importante papel que vinha cumprindo na
65 Previdência Social, especialmente na representação das entidades da sociedade civil
66 organizada, e parabenizasse os Conselheiros reconduzidos que foram recentemente
67 nomeados, Sr. Luiz Antônio Adriano da Silva, do Sindicato Nacional dos Aposentados
68 da Força Sindical, Sr. Eptácio Luiz Epaminondas, do Sindicato dos Aposentados da
69 CUT, e os novos Conselheiros, Sr. Edmundo Benedetti Filho, representante da Central
70 Nacional dos Aposentados da CGT, e Sr^a Maria Júlia Reis Nogueira, da Central Única
71 dos Trabalhadores. Desejando um bom dia de trabalho e manifestando a expectativa
72 de contar com o CNPS no próximo ano para melhorar a Previdência Social e ampliar a
73 sua proteção ao conjunto dos trabalhadores, despediu-se de todos, passando a
74 presidência da Mesa para o Sr. Helmut Schwarzer.

75

76

77 **IV - INFORMES**

78

79 O Sr. Presidente informou que não houve tempo hábil para encaminhar a Ata para a
80 análise dos Srs. Conselheiros, uma vez que a mesma foi concluída no dia de ontem.
81 Portanto, na primeira reunião de 2007, seriam submetidas à votação tanto a Ata da
82 reunião passada quanto a desta reunião. O Sr. Conselheiro Ricardo Patah
83 parabenizou os Conselheiros nomeados e comentou que a mídia vinha publicando
84 muitos dados a respeito da Previdência Social que indicavam a existência de déficit,
85 enquanto advogados especializados informavam que poderia haver superávit, mas os
86 representantes que atuavam no Conselho não tinham conhecimento de tais números.
87 Acrescentou que o próprio Governo não guardava sintonia na divulgação de dados
88 que pudessem conferir credibilidade ao assunto e manifestou a sua expectativa de que
89 a apresentação do balanço das ações realizadas pelo INSS neste ano esclarecesse
90 um pouco melhor o tema, que reputou muito complexo. O Sr. Conselheiro João
91 Cândido lembrou que na reunião passada entregara documento relativo à Instrução
92 Normativa nº 003, da Secretaria da Receita Federal, que tratava dos fatos geradores
93 reconhecidos por sentença trabalhista, e perguntou se o mesmo fora enviado à
94 Secretaria para exame. O Sr. Presidente respondeu que tal documento fora
95 encaminhado para os Conselheiros indicados e que assinara pessoalmente o ofício de
96 encaminhamento. A Conselheira Josepha Theotônia retomou o assunto mencionado
97 pelo Sr. Conselheiro Ricardo Patah, ressaltando que os Conselheiros do CNPS
98 deveriam ter conhecimento de tudo o que dizia respeito à Previdência Social, e não
99 por intermédio da imprensa, cujas informações não considerava verdadeiras.
100 Acrescentou que o motivo principal da ausência de análise de tais assuntos por parte
101 do Conselho seria a exigüidade de tempo hábil durante as suas reuniões, sugerindo
102 que se realizassem reuniões mais longas para esgotar a discussão sobre assuntos
103 que seriam sempre adiados. Relembrou que o Exm^o Sr. Ministro Nelson Machado
104 aventara a possibilidade de o Conselho discutir o problema da Previdência e da
105 Seguridade Social, além de temas como a arrecadação, os contribuintes e os não-
106 contribuintes, mas esse debate ainda não ocorrera. Enfatizou a necessidade de se
107 conversar sobre o reajuste das aposentadorias na reunião de fevereiro e pediu
108 desculpas à imprensa, justificando que nem sempre ocorria a divulgação de

109 informações erradas e acrescentando que, não obstante, esperava a confirmação de
110 tais informações por parte de outras fontes. O Conselheiro Luiz Epaminondas
111 parabenizou a renomeação de Conselheiros que já participavam do CNPS, assim
112 como a nomeação dos novos Conselheiros e comentou uma entrevista que ocorreria
113 no “Canal Livre”, quando o Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais afirmara que
114 o INSS seria superavitário e não pagava porque não queria, para ratificar a
115 necessidade de que os Conselheiros da Previdência Social tivessem condições de
116 responder a essa questão corretamente, o que ocorreria quando o assunto fosse
117 melhor discutido. O Sr. Presidente classificou as discussões sobre se a Previdência
118 Social teria déficit ou não de meio surreais, porque os dados que o Ministério
119 publicava mensalmente dependiam de cálculos que seriam feitos com base no que
120 constava da Lei de Responsabilidade Fiscal e do restante da legislação. Acrescentou
121 que determinadas receitas seriam vinculadas ao pagamento de benefícios
122 previdenciários e eram consideradas como receitas específicas da Previdência Social,
123 enquanto outros recursos vinculados à cobertura da Seguridade Social no seu
124 conjunto, que compreenderia Saúde, Assistência Social e Previdência Social, não
125 seriam vinculados especificamente à Previdência Social, portanto não fariam parte do
126 seu cálculo. Considerou os auditores fiscais da Previdência Social estariam
127 confundindo um conceito com outro e lembrou que as contribuições sociais foram
128 infladas ao longo da década de 90, o que teria contribuído para distorcer a composição
129 das receitas do Governo Federal, que foram planejadas originariamente com base na
130 Constituição de 1988. Esclareceu que o debate sobre o assunto vinha sendo
131 promovido por etapas, uma vez que, na reunião passada, foram apresentados os
132 conceitos que serviam de base para os modelos de projeção, além das técnicas
133 utilizadas, e, em etapa subsequente, talvez em fevereiro, poderia haver a discussão
134 sobre o entendimento que considerou equivocado, de que a Previdência teria
135 superávit. Aditou que haveria alguns elementos importantes para se considerar, como,
136 por exemplo, a questão das renúncias previdenciárias e a forma como elas seriam
137 consideradas nessa discussão, o que faria parte da apresentação do Sr. Valdir Simão,
138 que ocorreria em seguida, além do perfil de determinadas políticas, que também
139 deveria ser levado em conta. Lembrou que a Previdência Rural, em qualquer país do
140 mundo, não era superavitária em função das próprias características da área rural,
141 uma vez que a sua arrecadação não seria superior ao pagamento de benefícios,
142 portanto haveria que se discutir se era correta a aplicação do raciocínio atuarial estrito
143 na avaliação do resultado obtido por meio de políticas voltadas para o produtor rural.
144 Assim, separando-se um pouco melhor os objetivos que estavam por trás de cada
145 subpolítica que fazia parte do conjunto da política da Previdência Social, talvez fosse
146 possível esclarecer tais conceitos e dar um passo adiante na consideração sobre as
147 renúncias previdenciárias. A Conselheira Josepha Theotônia acrescentou que se
148 realmente existia separação entre Previdência e Seguridade Social, o Governo não
149 mostrava o que era feito com a arrecadação da Seguridade, devido à não-existência
150 do Conselho da Seguridade Social. O Sr. Presidente, em seguida, concedeu a palavra
151 para o Sr. Valdir Simão, Presidente do INSS, agradecendo-lhe a disponibilidade de
152 passar algum tempo com o CNPS para apresentar as ações da Previdência Social, em
153 especial do INSS, ao longo deste ano.

154
155

156 **V – ORDEM DO DIA**

157
158
159

158 **1 – Balanço da Gestão 2006**

160
161
162
163

O Sr. Valdir Moysés Simão iniciou a sua exposição, ressaltando o seu prazer em
apresentar alguns resultados do INSS durante o ano de 2006. Esclareceu que a sua
apresentação extrapolaria um pouco a Autarquia INSS, para abordar a área de
formulação de políticas, pedindo licença ao Sr. Presidente Helmut Schwarzer,

164 Secretário de Políticas de Previdência Social, uma vez que o Exm^o Sr. Ministro Nelson
165 Machado tinha a intenção de estar presente e conduzir esta apresentação. Discorreu
166 sobre o sistema previdenciário brasileiro, explicando que ele era decorrente de um
167 pacto entre gerações e dentro da própria geração, considerando o sistema de
168 repartição simples, pelo qual as contribuições obtidas seriam totalmente consumidas
169 com o pagamento de benefícios atuais. Sendo um sistema complexo, que exigia uma
170 visão de médio prazo, quem definia o nível de proteção, as prestações e com quanto a
171 sociedade pode arcar em relação ao pagamento de tributos, contribuições e, em
172 alguns casos, impostos seria a própria sociedade. A geração ativa custeava
173 benefícios, através de contribuições vinculadas e de impostos que em alguns modelos
174 supriam a necessidade de financiamento, quando as contribuições fixadas para
175 garantir o sistema de proteção não eram suficientes. A Previdência Social teria dois
176 grandes objetivos: primeiro, a reposição de renda para os segurados contribuintes
177 quando não pudessem mais trabalhar, porque o sistema de proteção social substituía
178 a renda; e, segundo, evitar a pobreza entre pessoas que por alguma contingência
179 demográfica, biológica ou acidental não pudessem participar do mercado de trabalho,
180 contribuindo para o processo de enriquecimento da nação, considerada a
181 solidariedade do sistema, porque havia pessoas que não tinham as mesmas
182 oportunidades que as outras, mas deviam estar inseridas no sistema de proteção
183 previdenciária. Quase todos os princípios básicos da Previdência Social estariam
184 elencados no art. 194 da Constituição Federal, sendo eles: atendimento e cobertura
185 universais, por meio dos quais se protegeriam todas as pessoas nas situações em que
186 precisassem de proteção social; equidade, considerando as desigualdades, apesar de
187 ter prestações diferenciadas em função do nível de renda; uniforme em todo o território
188 nacional; solidariedade entre gerações e entre pessoas de uma mesma geração;
189 caráter contributivo e de carência, associando em certa medida o volume de
190 contribuições ao nível de prestação que seria paga; e estruturado para ser viável no
191 longo prazo, sendo que a majoração de prestações deveria ser acompanhada do
192 respectivo financiamento. O tripé formado pela Previdência Social, Assistência Social
193 e Saúde teria peculiaridades, sendo o sistema de Previdência contributivo, enquanto a
194 atenção à Saúde e a Assistência Social não seriam contributivos, mas universais, ou
195 seja, todas as pessoas teriam direito, desde que preenchessem alguns requisitos que
196 a própria lei estabeleceria. O modelo de financiamento para o sistema de Seguridade
197 Social, baseado em contribuições sociais sobre a folha de salários, o faturamento, o
198 lucro e, ultimamente, sobre a movimentação financeira, que seria provisória, previa a
199 vinculação, estabelecida na Constituição Federal, de algumas contribuições para o
200 financiamento exclusivo da Previdência Social. O sistema previdenciário, que seria
201 contributivo, estaria vinculado ao pagamento de contribuições sobre a folha de
202 salários, tanto das empresas quanto dos próprios trabalhadores, e a uma parte da
203 Contribuição Sobre a Movimentação Financeira, correspondente a 0,1% da sua
204 arrecadação total. As demais contribuições teriam sido criadas para financiar as outras
205 prestações da Seguridade Social, que seriam Assistência Social e Saúde, como no
206 caso da Cofins, do PIS e da Contribuição Sobre o Lucro Líquido. A estrutura do
207 sistema previdenciário abrangeria um regime de Previdência Social para os
208 trabalhadores da iniciativa privada, denominado Regime Geral da Previdência Social,
209 um regime próprio para os funcionários públicos civis estatutários e militares,
210 administrado pelo Governo Federal, no caso dos funcionários públicos federais, e
211 pelos governos estaduais e municipais, quando fosse o caso, e um sistema de
212 previdência privada facultativo, em relação ao qual o papel do Governo, por meio da
213 Secretaria de Previdência Complementar, seria fiscalizar a viabilidade dos fundos
214 fechados ou, por meio do Ministério da Fazenda, dos fundos abertos, sendo que tanto
215 o regime próprio quanto o regime geral seguiam o modelo de repartição simples,
216 apesar de alguns estados e municípios adotarem o modelo de capitalização. A visão
217 estratégica do Governo Federal no que se referia à proteção social seria a inclusão. E
218 o papel da Previdência Social nesse contexto teria dois aspectos: primeiro, um forte

219 diálogo social, com a participação da sociedade civil, ressaltando-se o trabalho do
220 CNPS e dos Conselhos Regionais de Previdência Social como instrumentos para
221 viabilizar esse diálogo de uma forma mais estruturada; e, segundo, a garantia do
222 acesso aos direitos previdenciários. A missão do Ministério da Previdência Social e do
223 INSS decorreria dessa visão estratégica de inclusão, considerando duas questões
224 importantes: as filas, que representavam o represamento do acesso ao direito, e o
225 desperdício e a fraude, que culminavam com a redução de capacidade fiscal para o
226 pagamento de benefícios legítimos. Considerando essa missão, foram definidos dois
227 eixos estratégicos para a gestão da Previdência Social: a melhoria do atendimento
228 para garantir o acesso ao serviço com qualidade e rapidez e o combate aos
229 desperdícios e às fraudes. Daí por que a Previdência Social resolvera profissionalizar
230 a sua gestão, considerando as complexidades do seu sistema. Um dado que
231 demonstrava a mudança implementada no ano de 2006 seria o volume de
232 requerimentos de benefícios, que saltara de uma média de 430 mil, em 2005, para 600
233 mil requerimentos no segundo semestre de 2006, o que se devia basicamente à
234 ampliação do horário de atendimento nas agências, à proibição da utilização de
235 senhas que limitavam o atendimento, ao reforço do parque tecnológico, à ampliação
236 do volume de atendimentos pela Internet e à implantação de uma central de tele-
237 atendimento, pelo número 135, que hoje seria um dos principais canais de entrada
238 para os pedidos de benefícios no âmbito do INSS. A primeira espécie de benefício
239 cujo atendimento foi ampliado fora o auxílio-doença, que representava 61% do volume
240 de requerimentos no âmbito da Previdência Social, o qual, em termos de concessão,
241 contaria com uma metodologia simples de cálculo, considerando carência, mas
242 dependeria de avaliação pericial, que desde o dia 20 de fevereiro de 2006, era
243 realizada por médicos do quadro do INSS. Havia uma média de 5% de requerimentos
244 pela Internet, no ano passado, porém, no mês de novembro de 2006, 102% de
245 requerimentos de auxílio-doença foram feitos pela Internet, incluindo-se neste cálculo
246 a central de tele-atendimento 135, na qual o segurado fornecia os seus dados e
247 comparecia à agência da Previdência Social no dia e na hora marcados somente para
248 fazer a perícia médica, saindo dali com o seu benefício deferido ou indeferido.
249 Atualmente, seriam feitos quase 380 mil requerimentos mensais de auxílio-doença nas
250 agências da Previdência Social, considerando o volume de 580 mil requerimentos
251 registrados no mês de novembro, sendo que, no ano passado, a média foi de 438 mil,
252 o que representaria o aumento da garantia de acesso aos direitos previdenciários.
253 Com relação às filas na porta das agências, no momento da sua abertura, em
254 dezembro do ano passado, havia um pouco mais de 80 pessoas na fila, e hoje esse
255 número chegaria a 20, apesar de ainda haver problemas localizados. E, não obstante
256 o avanço significativo na redução das filas, havia a intenção de se ampliar o número
257 de agências em determinados municípios e remodelar a rede de atendimentos,
258 acrescentando o Sr. Valdir Simão que, na semana anterior, foi publicada uma
259 resolução incluindo a fila como indicador de desempenho das gerências executivas da
260 Previdência Social, sobre o qual seria feito monitoramento constante daqui para frente.
261 Quanto ao combate às fraudes e aos desperdícios, apesar da necessidade de se
262 ampliar o acesso ao serviço e garantir o direito, impunha-se à determinação de
263 administrar os pagamentos com maior responsabilidade. Devido à quantidade de
264 pagamentos de auxílio-doença, que aumentou nos últimos cinco anos de uma forma
265 desproporcional em relação às demais espécies de benefícios, fizeram-se alguns
266 ajustes em termos de método e de gestão, principalmente de perícia médica. No mês
267 de outubro do ano passado, 1 milhão 666 mil benefícios foram emitidos, e, na medida
268 em que se ampliou o acesso ao serviço, a demanda também aumentou. Atualmente,
269 algo em torno de 1,5 milhão de benefícios seriam emitidos, não obstante a tendência
270 de crescimento observada até outubro, que hoje significaria aproximadamente 1,6
271 milhão de pagamentos de auxílio-doença, verificando-se a redução de 400 mil
272 benefícios. Com a realização do Censo Previdenciário, 546 mil benefícios foram
273 suspensos. E os benefícios assistenciais também apresentaram uma leve redução,

274 apesar de serem os benefícios da LOAS a espécie que mais crescia mensalmente,
275 comparando-se todos os requerimentos feitos para o INSS, que operaria a concessão
276 desse benefício assistencial. Atualmente, seriam feitos 2 milhões 937 mil pagamentos
277 de benefícios assistenciais, que não seriam financiados pelas contribuições vinculadas
278 à Previdência Social, devido às ações de melhoria da gestão do auxílio-doença e do
279 cadastro. Quanto aos pagamentos feitos para a clientela urbana e rural, o mês de
280 novembro se encerrou com o pagamento de 21 milhões 540 mil benefícios
281 previdenciários e 2,9 milhões de benefícios assistenciais. Analisando o mesmo quadro
282 com relação ao valor do benefício, verificou-se que aproximadamente 67% das
283 prestações correspondiam ao valor de até um salário mínimo, considerados os
284 benefícios inferiores a esse piso, referentes à divisão por conta de pensão, salário-
285 família, auxílio-acidente e outros. Houve uma variação de 19,4% de 1999 a 2006,
286 sendo que R\$582,97 seria o valor médio atual dos benefícios previdenciários e o maior
287 valor histórico desde 2003. Analisando os pagamentos e o valor da receita, inclusive a
288 diferença entre a receita vinculada obrigatoriamente à prestação dos benefícios
289 previdenciários com a despesa do pagamento de benefícios, percebeu-se uma
290 tendência de estabilização a partir de 2003, que chegaria, em 2006, a 2% do PIB. E a
291 diferença, em valores absolutos, relativa à arrecadação líquida, de 2003 a 2006,
292 urbana e rural, deveria ser de R\$42 bilhões, sendo que R\$28 bilhões seriam referentes
293 à área rural e R\$13,6 bilhões, à área urbana. O Sr. Presidente esclareceu que a
294 Previdência Social trabalhava com a projeção de R\$42,5 bilhões para fechar este ano,
295 em função de variações decorrentes do aumento das condenações judiciais nos
296 últimos meses. Continuando a sua apresentação, o Sr. Valdir Simão informou que, em
297 relação ao regime geral, haveria uma diferença correspondente a 1,9% do PIB entre o
298 que se arrecadava em termos de contribuições vinculadas ao pagamento e o que se
299 pagava efetivamente. Incluindo-se a diferença do regime dos servidores públicos, de
300 2,4%, o total chegaria a 4,3% do PIB em termos de necessidade de financiamento do
301 regime geral e do regime próprio dos servidores públicos da União e dos estados, que
302 alcançaria 0,9% do PIB. Acrescentou a informação sobre o que a Previdência Social
303 deixava de arrecadar em termos de contribuições vinculadas ao pagamento de
304 benefícios, que corresponderia, no primeiro grupo, a R\$11,5 bilhões por ano, conforme
305 a previsão para 2006, referente ao que tecnicamente se chamava de renúncia fiscal,
306 ou seja, a diferença entre o que se arrecadava por conta do Simples, das entidades
307 filantrópicas, da exportação de produção rural e da CPMF e o que poderia ser
308 arrecadado se a base de cálculo fosse a mesma, utilizando-se a folha de salários e as
309 alíquotas originais, previstas no plano de custeio, para o financiamento da Previdência
310 Social. Se a renúncia fiscal fosse incluída na arrecadação no ano de 2006, dividida em
311 urbana e rural, colocando-se no urbano a renúncia do Simples, das entidades
312 filantrópicas e da CPMF, haveria uma diferença entre a arrecadação e a despesa com
313 o pagamento de benefícios de R\$ 4 bilhões. Na área rural, caso se incluísse a
314 renúncia da exportação de produtos rurais e a arrecadação da CPMF, que não era
315 contabilizada como receita da Previdência, a diferença seria de R\$18 bilhões. Com
316 relação à despesa anual com receitas judiciais e a variação observada no período,
317 esta seria de 11% em relação a 2005, ocorrida basicamente nos precatórios. Quanto
318 aos aspectos demográficos, de mercado de trabalho e de estrutura do modelo de
319 despesa, em termos de proteção, considerando o total da população de 16 a 59 anos,
320 verificou-se que 62,6%, correspondentes a 47 milhões de pessoas, estavam
321 protegidos socialmente, como contribuintes de regimes próprios ou do regime geral,
322 segurados especiais ou não-contribuintes beneficiários. E parte dos 37,4% restantes
323 teria renda inferior ao salário mínimo, dos quais 15 milhões de pessoas contariam com
324 renda superior ao salário mínimo e poderiam contribuir para o sistema de proteção
325 social. Três grandes fenômenos atingiriam diretamente a Previdência Social: primeiro,
326 a diminuição da taxa de fecundidade; segundo, o aumento da expectativa de vida; e,
327 terceiro, as mudanças recentes no mercado de trabalho, de relação de emprego, para
328 o modelo de prestação de serviços, o que teria impacto direto no financiamento da

329 Previdência, considerando que grande parte dele seria baseado na folha de salários.
330 Conforme projeções, até o ano 2050, haveria aproximadamente quatorze milhões de
331 pessoas com mais de 80 anos de idade vivendo no Brasil. E, segundo pesquisa do
332 PNAD, ainda ocorria deslocamento para o interior, mas não em detrimento da
333 diminuição da formalidade nas regiões metropolitanas. Quanto à relação entre
334 contribuintes e beneficiários, verificou-se o aumento da relação de contribuintes, que,
335 em 2002, era de 1,73%, e passou para 1,78%, 1,8%, em 2004, e 1,79%, em 2005.
336 Quanto às alterações legais em andamento, o Projeto de Lei do Senado nº 261,
337 aprovado recentemente, estabeleceria um teto para o valor do auxílio-doença, que não
338 poderá ser superior à média dos doze últimos salários de contribuição, o que servirá
339 como estímulo para o retorno ao trabalho por parte do segurado em gozo do benefício,
340 considerando que mais da metade dos benefícios atuais teria valor superior à
341 remuneração do trabalhador na ativa. E seria instituída pelo projeto de lei uma
342 comunicação prévia da empresa para a contratação, evitando a fraude de registro do
343 trabalhador somente quando ele se aposentasse ou quando se acidentasse. A
344 empresa seria obrigada a informar, até o dia da contratação, o nome do segurado e
345 um número de documento, que poderia ser da identidade ou do CPF, para que a
346 Previdência Social soubesse previamente que a empresa pretendia contratar, e não
347 apenas quando ela informasse na GFIP. Seria instituída uma multa para os cartórios
348 não mais por deixar de informar, mas sim por óbito que deixasse de ser informado à
349 Previdência Social. E o titular passaria a ser solidário em relação aos pagamentos
350 indevidos se apurada a sua responsabilidade ao deixar de fazer a comunicação no
351 prazo estabelecido. Além disso, seriam limitados os juros devidos pelo INSS quando
352 fosse condenado em ações previdenciárias em 6% ao ano. A Medida Provisória nº
353 316, que se encontrava na fase de sanção presidencial, instituiria o nexó técnico
354 epidemiológico, por meio do qual haveria condições de se presumir a natureza
355 acidentária do afastamento do trabalhador quando o agravamento da sua saúde se
356 relacionasse com a atividade da empresa, com a possibilidade de se rever o Anexo V
357 do Decreto nº 3.048, que fixaria as alíquotas de 1%, 2% e 3% conforme a atividade
358 desenvolvida pelas empresas, o qual se encontrava em elaboração, sem data definida
359 para entrar em vigor. Com essas mudanças, seria possível implementar
360 definitivamente o disposto no art. 10 da Lei nº 10.666, que previra para o Conselho
361 Nacional de Previdência Social a responsabilidade de fixar as alíquotas de 1%, 2% e
362 3%, reduzindo-as ou aumentando-as em até duas vezes, conforme os indicadores de
363 frequência, gravidade e custos de acidentes em cada empresa, permitindo à
364 Previdência Social equilibrar o financiamento dos benefícios por incapacidade e adotar
365 uma gestão preventiva de acidentes, de forma que as empresas, diante do risco de
366 aumento das alíquotas, investissem mais na proteção de seus trabalhadores. O Sr.
367 Presidente lembrou que foi amplamente discutida e aprovada, no CNPS, a Resolução
368 nº 1.236, no dia 28 de abril de 2004, consagrado à memória das vítimas de acidentes
369 do trabalho, por uma coincidência feliz, e, em fevereiro deste ano, foi feito o
370 aperfeiçoamento dessa Resolução, que permitiria a operacionalização do nexó técnico
371 epidemiológico, cujo modelo estava sendo estudado e seria apresentado ao Conselho
372 quando estivesse concluído. Citou como exemplo a intenção de se estabelecer um
373 determinado período para que as empresas fizessem a validação ou a contestação do
374 que o nexó técnico epidemiológico geraria, de modo que, ao longo do segundo
375 semestre, com a base de dados já contestada e consolidada, seria feito o cálculo do
376 fator acidentário para entrar em vigor no dia 1º de janeiro de 2008. Acrescentou que,
377 durante a tramitação da MP nº 316 no Congresso Nacional, a assessoria da
378 Previdência Social mostrara, principalmente para o seu Relator, Deputado Armando
379 Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional das Indústrias, que o objetivo de
380 tal medida não seria equilibrar o seguro de acidente do trabalho com o aumento da
381 arrecadação, e sim com a diminuição do pagamento de benefícios acidentários, devido
382 à diminuição de acidentes do trabalho. O Sr. Valdir Simão informou que outra medida
383 legal em andamento seria o Projeto de Lei nº 20, que unificava a estrutura tributária da

384 União, trazendo vantagens para a Previdência Social, na medida em que o INSS
385 poderia focar a sua atuação na gestão de benefícios, com investimentos voltados para
386 a gestão e melhoria do atendimento, mas também traria vantagens para a própria
387 administração tributária, que passaria a ser única, otimizando recursos humanos,
388 adquirindo maior capilaridade, duplicando a capacidade de fiscalização e cobrança da
389 dívida e gerando maior controle para o processo de arrecadação. Para os
390 contribuintes, significaria principalmente a redução da burocracia e poderia propiciar
391 um relacionamento mais capilarizado com o órgão de administração tributária,
392 considerando que haveria mais unidades de atendimento. Em relação aos segurados
393 e beneficiários do INSS, haveria unidades de atendimento destinadas somente para
394 eles, deixando claro que o segurado contribuinte individual continuaria a se relacionar
395 com o INSS para efetuar recolhimento e cálculo de contribuições em atraso. O Sr.
396 Presidente aditou que a aprovação do projeto no Senado ainda dependia da sua
397 votação em Plenário, após o que teria que voltar para a Câmara, porque haveria
398 algumas alterações que precisavam ser analisadas. Continuando a sua apresentação,
399 o Sr. Valdir Simão esclareceu que a Previdência Social considerava prioritário o foco
400 da gestão sobre os benefícios por incapacidade, informando que as medidas de
401 gestão que seriam propostas para os próximos quatro anos eram voltadas para o seu
402 aperfeiçoamento, com foco na redução de segurados contribuintes incapacitados para
403 o trabalho e em gozo do benefício previdenciário acidentário, por meio de medidas
404 integradas de prevenção, identificação, tratamento e controle da incapacidade
405 laborativa, habilitação e reabilitação profissional e reingresso no mercado. Ponderou o
406 Sr. Valdir Simão que o INSS teve praticamente desmontada a sua estrutura de
407 habilitação e reabilitação profissional e que não havia dúvida de que o fato de
408 existirem atualmente 4,4 milhões de segurados em gozo de auxílio-doença ou de
409 aposentadoria por invalidez se devia à inexistência de um modelo de reabilitação que
410 não deveria ser realizado pelo INSS, mas administrado pelo Instituto. Tal modelo
411 poderia ser desenvolvido através de parcerias com entidades especializadas no
412 assunto, permitindo também uma forte articulação com outros órgãos do próprio
413 Governo ou com entidades voltadas para essa finalidade, para a recolocação do
414 trabalhador reabilitado no mercado de trabalho. Acrescentou que já existia arcabouço
415 legal para tanto e que empresas com mais de 100 empregados eram obrigadas a
416 destinar um percentual da sua força de trabalho para deficientes e trabalhadores
417 reabilitados profissionalmente. Então, seria preciso articular essa rede, porque esse
418 trabalho representaria a diminuição do volume de pagamentos, o que seria
419 considerado positivo para a saúde financeira da Previdência Social. Informou que
420 todas essas medidas seriam integradas a um forte programa de modernização
421 tecnológica que estava em curso no âmbito da Previdência Social, depois do
422 mapeamento de todos os processos de trabalho nas agências, visando a sua
423 remodelagem. Os novos sistemas operacionais se encontravam em desenvolvimento
424 e começariam a ser implantados em 2008, como seria apresentado em seguida pelo
425 Sr. Rodrigo Coutinho. A Sr^a Conselheira Josepha Theotônia parabenizou o Presidente
426 do INSS pela sua exposição, que considerou muito esclarecedora, acrescentando que
427 esperava receber aquele material para estudá-lo durante as férias, e estendeu os
428 parabéns a toda a equipe do Ministério da Previdência Social, aos Secretários Helmut
429 e Gabas e ao Exm^o Sr. Ministro, manifestando a sua expectativa de que o
430 Excelentíssimo Senhor Presidente da República tivesse o bom senso de não
431 desmanchar essa equipe em 2007. Em seguida, ponderou que a receita da
432 Previdência Social não seria oriunda somente da folha de pagamentos e de parte da
433 CPMF, porque a necessidade de financiamento seria obrigação do Tesouro Nacional,
434 que buscava verbas na Seguridade Social. Com relação às filas, comentou a
435 importância do trabalho realizado visando à sua diminuição, mas enfatizou a
436 necessidade de atenção para um ponto que considerava muito grave: o represamento
437 de benefícios, uma vez que, se a fila diminuísse, e o benefício não fosse deferido,
438 haveria um prejuízo para a população. O Sr. Conselheiro João Cândido parabenizou a

439 administração do Ministério da Previdência Social e do INSS, porque foi mencionada
440 na apresentação a questão de habilitação e reabilitação. Lembrou que, quando da sua
441 atuação passada como Conselheiro, condenara o desmonte dessa área, sem qualquer
442 preocupação de se estabelecer um sistema que proporcionasse ao segurado
443 trabalhador a habilitação e reabilitação. Ressaltou que, naquela época, havia a
444 intenção de se firmar uma parceria entre as entidades, inclusive as participantes do
445 Sistema “S”, mas isso não se concretizara. Comentou que presenciara trabalhadores
446 do campo sendo reabilitados para atividades como a de ascensorista e outras na área
447 urbana, por falta de programa de reabilitação profissional na área rural, e sugeriu que,
448 por ocasião dos estudos sobre o tema, se trabalhasse com essa perspectiva.
449 Perguntou que recursos foram usados para se apurarem os números relativos à
450 renúncia fiscal na área rural e aditou, quanto à exportação rural, que essa renúncia
451 fiscal ocorria por falta de um disciplinamento melhor da área de fiscalização. Com
452 relação ao nexó técnico epidemiológico estabelecido pela medida provisória e a
453 preocupação em desenvolver um estudo separado para a área rural, devido às suas
454 características e problemas, como se tentava fazer com o perfil profissiográfico, pelo
455 fato de o sistema de contribuição na área rural ser substitutivo, não sabia como seria
456 trabalhado o fator para o acidente de trabalho, porque se substituíria por 0,1% do valor
457 bruto da comercialização. O Sr. Conselheiro Evandro Morello deu boas-vindas aos
458 novos Conselheiros nomeados e parabenizou o Ministério da Previdência Social e o
459 INSS pela apresentação, considerando este momento muito propício para discutir os
460 dados do INSS sob a ótica de melhoria da gestão, porque esse seria o primeiro
461 elemento de contraponto a tudo o que se comentava atualmente na mídia a respeito
462 da necessidade de reforma do sistema previdenciário. Manifestou o seu
463 contentamento diante da verificação de que o sistema não estava desequilibrado como
464 se comentava, inclusive em termos de proteção social. Observou que a gestão
465 adotada no âmbito do Ministério da Previdência Social e do INSS estava apresentando
466 resultados satisfatórios e que o Conselho deveria referendar todo o empenho que
467 estava sendo feito. Diante dos dados apresentados, considerou a renúncia fiscal como
468 um elemento muito importante, porque se tratava de recursos da Previdência Social. E
469 havia questões de renúncia que precisavam ser averiguadas para se verificar em que
470 condições se justificavam, citando como exemplo a renúncia sobre a exportação da
471 produção rural e lembrando que quando o agricultor comercializava a sua produção
472 ele pagava, mas havia uma renúncia que ficava com o exportador. Ponderou que o
473 objetivo de melhorar a gestão dos benefícios por incapacidade seria um ponto
474 efervescente na sociedade, que se refletia nas perícias médicas e no número de
475 benefícios requeridos e indeferidos, e ainda haveria o problema relativo às pessoas
476 que deviam voltar à atividade, sendo pior a situação de quem sabia que se encontrava
477 incapacitado e tinha o seu benefício indeferido. Comentou a respeito de reunião
478 realizada ontem, em Brasília, com as representações das Federações dos
479 Trabalhadores na Agricultura, quando foi feito um balanço do ano de 2006 em relação
480 à Previdência Social na área rural, sob o ponto de vista dos trabalhadores, e houve
481 uma análise muito forte do sistema em relação ao que vinha ocorrendo em termos de
482 benefícios por incapacidade. As representações sindicais também mencionaram o
483 protocolo dos processos pelo sistema eletrônico, iniciativa considerada muito boa para
484 se assegurar o direito da pessoa no momento em que ela o pleiteava. E enfatizou o
485 aparecimento de um problema do próprio sistema, que seria o agendamento, o qual
486 previa a necessidade de se fazer uma entrevista de campo para daqui a quatro, cinco
487 ou seis meses, o que, segundo o Conselheiro, precisava ser melhorado. O Sr. Valdir
488 Simão ressaltou que os resultados apresentados deixavam clara a mudança de
489 tendência que ocorreu nesse período, a qual se devia inicialmente ao trabalho em
490 equipe, sob o comando competente e profissional do Exm^o Sr. Ministro Nelson
491 Machado, para estudar como reduzir filas, melhorar o atendimento, reduzir os
492 pagamentos indevidos e combater as fraudes. E lembrou que tais resultados ainda
493 seriam preliminares, porque a transformação real ocorreria com os novos sistemas

494 operacionais, objeto da apresentação do Sr. Rodrigo Coutinho, que mudariam
495 radicalmente o modelo de funcionamento da Previdência Social. Comentando as
496 observações dos Conselheiros em relação ao represamento de benefícios, informou
497 que esse processo sofria evolução contínua. Lembrou o avanço que houve com o
498 protocolo, apesar de em alguns lugares ainda haver uma espera muito grande para a
499 entrevista, que precisava ser reduzida. Mas seria garantido, desde a data do protocolo,
500 o direito ao benefício. E enfatizou que no plano de carreira que seria implementado, ao
501 instituir uma gratificação de desempenho para todos os servidores, a fila seria um
502 indicador que se refletiria na sua remuneração. Mencionou a necessidade de se
503 avançar também no modelo de atendimento resolutivo, uma vez que, se a Previdência
504 Social sabia quem estava pedindo quando agendava o seu atendimento e o que
505 pretendia pedir, ela poderia preparar toda a documentação de que dispunha no seu
506 banco de dados e conceder ou indeferir o benefício na hora, sem precisar transferir
507 para a retaguarda. Informou que no modelo de atendimento que estava sendo
508 implantado várias unidades já funcionavam desse modo, tendo como resultado um
509 estoque de processos a serem analisados que equivalia a 75% do volume de
510 ingressos mensais. Portanto, havia uma preocupação com a revisão de recursos, mas
511 também um nível de conforto para ajustar e implementar o novo modelo resolutivo, o
512 que ocorreria assim que a Previdência Social dispusesse de uma infra-estrutura
513 tecnológica adequada, processo que já se encontrava em curso. Com relação
514 ao financiamento, de fato haveria necessidade de complementação por parte do Tesouro
515 Nacional, mas seria desejável dispor de um modelo com capacidade de previsão de
516 próprias contribuições vinculadas, em função da necessidade de previsão de gastos.
517 Tal equilíbrio seria fundamental, para evitar a solicitação de recursos adicionais. Com
518 a melhoria da gestão, que continuaria principalmente em relação aos benefícios por
519 incapacidade, talvez fosse possível alcançar esse equilíbrio, que seria a meta da
520 Previdência Social para os próximos quatro anos. Manifestou a sua simpatia em
521 relação à sugestão do João Cândido, referente à especialização da reabilitação para a
522 área rural. E esclareceu, com relação às renúncias, que o nexó técnico não estaria
523 previsto inicialmente para a área rural, devido à peculiaridade da sua forma de
524 financiamento. O Sr. Presidente informou que havia uma nota técnica da Secretaria de
525 Políticas de Previdência Social, que poderia ser encaminhada para os Conselheiros,
526 explicando a metodologia de cálculo das renúncias previdenciárias. E acrescentou
527 que, no caso da área rural, seriam utilizadas diversas fontes de dados. Lembrou que o
528 setor das microempresas não seria contemplado, no primeiro momento, em relação ao
529 fator acidentário, porque também contava com contribuição substitutiva por meio do
530 Simples. E, segundo o Sr. Presidente, seria um desafio para o Conselho Nacional de
531 Previdência Social discutir a criação de incentivos para a prevenção de acidentes do
532 trabalho no setor agrícola e agroindustrial, bem como nas microempresas. O Sr.
533 Conselheiro Jorge Higashino parabenizou o trabalho apresentado, expressando o seu
534 orgulho em assistir a uma apresentação de tal nível, o que considerou importantíssimo
535 devido à utilização correta e melhor da tecnologia disponível. E estendeu os seus
536 parabéns à Dataprev nesse sentido. Lembrou que havia uma definição muito clara do
537 objetivo de tais ações quando se visava a inclusão previdenciária. Acrescentou que o
538 sistema financeiro estava trabalhando fortemente para alcançar a inclusão bancária,
539 com a utilização da tecnologia não só de informática, mas também de
540 telecomunicações. Ponderou que o trabalho com o público envolvia dificuldades de
541 atendimento, principalmente em relação às filas, distinguindo-as entre filas externas,
542 visíveis, e internas, compostas pelos processos internos que precisavam de avaliação,
543 e que a sociedade, muitas vezes, não enxergava o trabalho que vinha sendo feito pelo
544 Governo e pelas entidades financeiras no sentido de minorar ou reduzir esses
545 problemas, para que ela tivesse a satisfação de ver os seus direitos atendidos.
546 Solicitou ao Sr. Valdir Simões o recebimento do material da sua apresentação para
547 mostrar à sua entidade um pouco do trabalho que estava sendo realizado no
548 Conselho, principalmente por parte do INSS, no sentido de melhor atender e alcançar

549 o seu objetivo, que seria a inclusão previdenciária. Com relação à área rural, lembrou
550 que se havia um problema de contribuição, ele deveria ser tratado de forma apartada,
551 para que houvesse condições de se apresentarem propostas de soluções ao Governo,
552 principalmente dentro do Conselho, a fim de se reduzir cada vez mais a necessidade
553 de financiamento da Previdência Social. O Sr. Conselheiro Luiz Epaminondas
554 considerou interessante a apresentação do Sr. Valdir Simões, comentando que tal
555 proposta deveria continuar para se resolverem muitos problemas, como a questão das
556 filas. E ponderou a respeito da necessidade de se envolver a mídia nesse trabalho,
557 para que se mostrasse o que estava sendo feito. Lembrou o problema relativo ao
558 retorno de aposentadoria, que, segundo o Conselheiro, vinha gerando brigas dentro
559 das agências, devido à falta de informação, que também envolvia o PL nº 20 e a
560 criação da Super Receita. Enfatizou a necessidade de se esclarecer que benefício não
561 era o mesmo que salário mínimo, assunto que vinha sendo objeto de muitas
562 discussões, daí a necessidade de se conversar sobre o assunto. O Sr. Conselheiro
563 Luiz Antonio Adriano parabenizou a apresentação do Sr. Valdir Simões, manifestando
564 o seu contentamento ao tomar conhecimento de que alguns rumos seriam trilhados e
565 algumas atitudes do passado estavam sendo revistas. Lembrou que a gestão de
566 recursos humanos trabalhava fortemente para aperfeiçoar o trabalho do atendente do
567 INSS, mas percebia-se que tais iniciativas esbarravam sempre no financiamento.
568 Ressaltou que as declarações de alguns órgãos e de parlamentares que diziam que a
569 Previdência seria superavitária impediam a análise mais profunda do que realmente
570 acontecia nessa área. E sugeriu que o Conselho provocasse um debate tanto com os
571 auditores fiscais quanto com parlamentares, IPEA e Ministério da Previdência Social,
572 para criar uma visão crítica sobre o tema, que seria enfatizado nos próximos anos e
573 vinha à tona com a pressão da mídia e dos empresários em torno da idéia de uma
574 reforma mais profunda da Previdência Social. Sugeriu ainda, aderindo à proposta da
575 Conselheira Josepha Theotônia, que se fizessem reuniões mais longas, com debates
576 mais profundos, para que o tema fosse abordado e o Conselho recebesse o
577 esclarecimento necessário para divulgar para a sociedade o que acontecia de fato
578 dentro da Previdência Social. O Sr. Conselheiro Edmundo Benedetti agradeceu ao
579 Exmº Sr. Ministro a designação para ocupar o cargo de Conselheiro Suplente do
580 CNPS e parabenizou o Sr. Valdir Simões pelo nível elevado de apresentação e de
581 espírito para que a Previdência e o INSS fossem cada vez melhores. Perguntou se
582 havia uma avaliação do patrimônio do INSS e se existia projeção ou demonstração do
583 patrimônio não utilizado ou que pudesse estar alugado ou cedido, para saber quanto
584 ele representava, esclarecendo que, no centro de São Paulo, uma região muito
585 valorizada, havia um imóvel da Previdência Social que vinha se deteriorando podendo
586 até cair se nada for feito. Acrescentou que deveria haver mais transparência a respeito
587 do patrimônio imobiliário da Previdência Social, porque todos conheciam a sua dívida,
588 mas não se sabia qual era o seu patrimônio para supri-la. O Sr. Presidente esclareceu
589 ao Conselheiro Edmundo Benedetti que o cargo de Conselheiro Suplente seria uma
590 distinção que a legislação regulamentava, mas o Conselho trabalhava com todos os
591 Conselheiros indistintamente para construir o consenso, portanto a sua participação
592 seria importante pela representatividade da sua central sindical. O Sr. Valdir Simões
593 destacou o papel que o Conselho Nacional de Previdência Social exercia como
594 referência para o INSS, uma vez que diversas medidas adotadas pelo Instituto foram
595 discutidas previamente no Conselho, visando alcançar um dos objetivos da
596 Previdência Social, que seria o fortalecimento do diálogo social. Concordou que faltava
597 a divulgação do que a Previdência vinha fazendo e ponderou que a imagem do INSS,
598 ao longo do tempo, foi tão contaminada que talvez os resultados não consigam, no
599 mesmo prazo, remover a imagem da má gestão e da fraude. Considerou fundamental
600 que o avanço na melhoria da gestão se consolidasse e que esse processo fosse
601 evolutivo, porque a exigência continuava a aumentar. Mas havia a percepção de que a
602 mudança já estava aparecendo sob a forma de comentários e comportamentos.
603 Discorreu sobre o que chamou de afrouxamento dos controles devido à terceirização,

604 uma vez que, segundo o Presidente do INSS, a Previdência não tinha controle algum
605 sobre o trabalho dos peritos credenciados nem contava com indicadores de qualidade.
606 Seria necessário evoluir para que as decisões fossem melhor fundamentadas e para
607 que houvesse padrão nos exames periciais, de modo que qualquer perito pudesse
608 chegar ao mesmo resultado. Entretanto, caso o segurado não concordasse com o
609 diagnóstico, ele teria direito à revisão e outro médico faria a perícia. E, se o outro
610 perito negasse, o segurado teria direito a uma junta médica para avaliá-lo. Informou
611 que registrara as observações relativas ao salário mínimo e também considerou
612 importante discutir a questão do financiamento, ouvindo as diversas pessoas que
613 costumeiramente opinavam sobre este tema. Com relação ao questionamento do
614 Conselheiro Edmundo Benedetti, respondeu o INSS teria aproximadamente cinco mil
615 imóveis, dos quais 1.300 ou 1.400 seriam operacionais, isto é, seriam unidades
616 utilizadas como reserva técnica, além de alguns imóveis residenciais em Brasília,
617 destinados à moradia de dirigentes e servidores. Informou que havia, desde 1998,
618 uma diretriz no sentido da alienação do patrimônio não-operacional, mas o Instituto
619 enfrentava dificuldades. Noticiou a realização, na semana anterior, de um seminário
620 para discutir alternativas, haja vista que parte desse patrimônio teria situação irregular
621 de domínio e esta situação precisava ser adequada para se efetuar a alienação do
622 imóvel. E se esbarrava nas questões de avaliação, que deveria ser feita a preços de
623 mercado, e nem sempre se colocava o imóvel na praça por aquele preço. Iniciou-se
624 também, no começo do ano, uma discussão para utilizar parte do patrimônio no
625 programa de arrendamento residencial, administrado pelo Ministério das Cidades, para
626 o qual seria destinado o imóvel a que o Conselheiro Edmundo Benedetti fizera
627 referência. Porém, segundo o Sr. Valdir Simões, havia uma medida provisória que
628 autorizava essa transação, a qual deixou de vigorar por decurso de prazo, e o INSS
629 perdera a avaliação, que teria um prazo máximo de validade. Informou que a intenção
630 seria vender o que não era necessário, porque o INSS não atuava como imobiliária e
631 não tinha capacidade nem conhecimento nessa área. E, se fosse possível contribuir
632 para o programa de arrendamento residencial com o seu patrimônio, desde que
633 devidamente ressarcido, porque os imóveis não seriam do INSS, mas do Fundo do
634 Regime Geral de Previdência Social, não haveria problema algum. Em seguida, ao
635 despedir-se do Conselho, agradeceu a oportunidade e deixou o INSS à disposição dos
636 senhores Conselheiros. O Sr. Presidente agradeceu ao Sr. Valdir Simões e informou,
637 em relação à menção ao salário mínimo, feita pelo Conselheiro Luiz Epaminondas,
638 que havia um projeto de lei votado recentemente no Senado, propondo a correção dos
639 benefícios concedidos de acordo com os índices de reajuste do salário mínimo e com
640 o número de salários mínimos correspondentes à data da sua concessão, o qual
641 envolveria, segundo a nota técnica elaborada pela Secretaria de Políticas de
642 Previdência Social, o custo de R\$37 bilhões para os cofres públicos, o que
643 considerava completamente fora da realidade econômica e financeira, orçamentária e
644 atuarial da Previdência Social. Diante da sugestão do Conselheiro Evandro Morello, o
645 Sr. Presidente perguntou se os Srs. Conselheiros concordavam em votar uma
646 resolução no sentido de aprovar a prestação de contas que o Presidente do INSS
647 apresentara ao Conselho, recomendando a continuidade dos esforços de melhoria de
648 gestão e do atendimento, de combate às fraudes e aos desperdícios, o que foi
649 aprovado. Em seguida, agradeceu a disponibilidade do Sr. Rodrigo Novais Coutinho
650 para falar sobre as atividades que a Dataprev vinha realizando e pretendia realizar no
651 futuro próximo, concedendo-lhe a palavra.

652

653 2. Plano de Modernização dos Sistemas Informatizados da Previdência Social

654

655 O Sr. Rodrigo Novais Coutinho esclareceu pretendia falar sobre os sistemas
656 informatizados, o que a Dataprev havia feito e quais seriam os seus planos para 2007.
657 Apresentou, em seguida, os três focos estabelecidos pelo Exm^o Sr. Ministro Nelson
658 Machado, em agosto do ano passado, quando da sua assunção ao cargo de Ministro

659 de Estado da Previdência Social, que seriam a melhoria da qualidade do atendimento,
660 a redução de fraudes, a redução de custos e o combate ao desperdício, o que teria
661 proporcionado a integração entre as três Casas, todos trabalhando com o mesmo
662 norte. Acrescentou que também o pessoal da Dataprev passava o dia pensando em
663 como reduzir as filas, sentimento que contaminara positivamente toda a Previdência
664 Social. Esses três focos, no que tange aos sistemas informatizados, foram traduzidos
665 dentro da empresa em duas ações estratégicas: a modernização e a migração dos
666 nossos sistemas para uma plataforma aberta e o aumento da capacidade de entrega
667 de soluções tecnológicas para os seus clientes, esclarecendo que a Dataprev já não
668 se restringia apenas à área pública, porque possuía outros clientes, inclusive bancos,
669 para os quais prestava serviços, daí a importância de que a empresa trabalhasse com
670 mais eficácia e eficiência nos seus processos. Discorreu, em seguida, sobre a situação
671 da Dataprev em relação à Unisys, explicando que o contrato com a Unisys existia
672 desde a fundação da empresa, em 1974, e que aquela situação vinha sendo
673 questionada desde a década de 90, o que justificaria a necessidade de se trabalhar
674 para reduzir o processo de dependência tecnológica que a empresa teria em relação
675 àquele fornecedor, que utilizava um arcabouço tecnológico proprietário. Em agosto de
676 2005, houve decisão judicial determinando que a Dataprev rompesse uma relação que
677 havia começado em 2003 com a Cobra, porque, naquela época, a administração
678 entendeu que a relação com a Unisys estava muito desgastada e não havia meios de
679 continuá-la. E a Cobra fora uma alternativa que se encontrou para continuar o
680 processo, o que foi analisado por algum tempo pelos órgãos de controle e, em 2005,
681 houve uma determinação judicial entendendo que a Cobra não estava agregando
682 absolutamente nada a essa relação, mas causando uma elevação do valor contratado
683 com a Dataprev e que deveria ser retomada a relação com a Unisys, continuando a
684 desenvolver ações para que ocorresse a saída do ambiente tecnológico daquela
685 empresa. Em agosto do ano passado, essa situação foi retomada com a Unisys, para
686 quem a Dataprev pagava mensalmente o valor de R\$ 3 milhões e 300 mil, o que seria
687 uma remuneração muito significativa dentro do orçamento da empresa. Essa
688 contratação também poderia ser traduzida conforme a capacidade de processamento,
689 sendo que três *mainframes* instalados encerrariam tal capacidade dentro da Dataprev.
690 Para se ter noção de um ciclo típico de contrato com a Unisys, desde a década de 70,
691 contratava-se um determinado patamar de processamento por um ciclo contratual que
692 poderia ser de três, quatro ou cinco anos, durante os quais não se desenvolvia
693 nenhuma atividade que levasse à modernização tecnológica, ou seja, à migração para
694 o ambiente de plataforma aberta. Ao final do contrato, a empresa era obrigada a fazer
695 a elevação desse patamar tecnológico. E, se ela não fizesse nada para deixar essa
696 dependência, criava-se um ciclo vicioso que não acabaria nunca. Em seguida, o Sr.
697 Rodrigo Coutinho descreveu como a Dataprev pretendia sair desse ciclo de
698 dependência tecnológica por meio de um plano de modernização tecnológica que
699 encerrava o desenvolvimento de sistemas, a infra-estrutura a ser utilizada para
700 suportar aquela solução, uma parte relativa à capacitação e outra parte referente ao
701 plano de investimentos. A empresa pretendia manter o ambiente chamado de legado
702 ou atual da forma mais estável possível, com o menor número de alterações, para
703 dedicar a sua atenção ao atendimento das necessidades dos contribuintes, definindo a
704 infra-estrutura para suportar os sistemas, procedendo à capacitação e treinamento dos
705 seus técnicos e contando com plano de investimentos para o atendimento das
706 necessidades elencadas no PMT. Explicou que o dia-a-dia consumia a maioria dos
707 recursos, tanto no INSS quanto na Dataprev, o que diminuía sensivelmente as suas
708 chances de êxito, mas já se adquirira um conjunto grande de ativos de tecnologia da
709 informação para suportar a solução nova e a empresa estaria adquirindo mais ativos
710 agora para hospedar o ambiente de banco de dados. Também havia a pretensão de
711 se licitar o sistema gerenciador de banco de dados da Previdência Social. Realizou-se
712 um *upgrade* da máquina que hospedava o SAAB, melhorando a qualidade dos
713 serviços prestados por esse aplicativo, e estaria em curso um processo de negociação

714 com a Unisys, que se arrastava há algum tempo, mas agora, segundo o Sr. Rodrigo
715 Coutinho, a Dataprev estava em vias de obter êxito nessa negociação. A empresa
716 pretendia estabelecer um contrato no qual se previsse a possibilidade de redução da
717 capacidade de processamento à medida que os seus novos sistemas se
718 implantassem, o que seria mais vantajoso para a administração pública em termos de
719 preços, com a possibilidade de redução dos quantitativos contratados junto à Unisys.
720 Haveria a previsão de ampliação da capacidade de processamento, uma vez que a
721 capacidade daquele ambiente estava esgotada e os seus aplicativos precisavam
722 funcionar o dia inteiro, para não haver prejuízos para a população. Ademais, havia a
723 necessidade de se garantir que o nível de serviço e o tempo de respostas fossem
724 adequados. A expectativa seria a obtenção de resultados sensíveis no final de 2007 e,
725 no final de 2008, começo de 2009, praticamente eliminar a dependência tecnológica
726 em relação a Unisys. Para tanto, a empresa estaria desenvolvendo três frentes de
727 projetos: a primeira tratava do sistema de benefícios; a segunda visava à migração do
728 CNIS, mais afeta à parte de dados, na qual se pretendia reescrever todos os
729 aplicativos, baseado no mapeamento de processos para formar novos aplicativos,
730 sendo que a arquitetura do novo sistema de benefícios estaria disponível até o final do
731 próximo ano. A implementação desse novo sistema de benefícios no âmbito da
732 Dataprev estaria ocorrendo por células, sendo que para cada processo haveria
733 projetos em andamento para permitir a modernização dos sistemas. Portanto, no
734 primeiro momento, o trabalho seria feito em plataforma aberta, podendo utilizar
735 fornecedores de hardware e de software sob a forma de livre concorrência; apenas a
736 parte referente ao pagamento, chamada internamente de Sub, permaneceria no
737 ambiente *mainframe* ou proprietário. Havia a intenção de se desativar o conjunto de
738 aplicativos que fazia interface direta com os usuários, tais como SABI ou Prisma, os
739 quais se encontravam tecnologicamente superados, sendo que a sua modernização
740 ocorreria em 2007. O Sub seria um *mainframe* internamente chamado de CV3,
741 significando as iniciais CV Cosme Velho, local onde o equipamento estava instalado,
742 no Rio de Janeiro, onde se armazenava o grande cadastro de informações sociais. E o
743 objetivo da Dataprev seria transformar aquele *mainframe* num ambiente de plataforma
744 aberta, para, no final de 2007, desligar um dos *mainframes* da Unisys. Na segunda
745 etapa, relativa ao desenvolvimento da solução, todo o ambiente passaria a ser aberto,
746 utilizando linguagem Java e padrão JDZE, para não ficar preso a nenhum tipo de
747 componente, além do modelo de banco de dados relacional, que não seria tecnologia
748 de uso corrente na Dataprev. Quanto à migração do CNIS, a intenção seria
749 “deplementar” o banco que se encontrava no *mainframe* CV2, adotando-se a
750 estratégia de implantação por competência. Então seria desativado o DMS II e
751 construído o banco em plataforma baixa. Dessa forma, seria desenvolvido um
752 processo de atualização na base nova e um processo de consulta que durante algum
753 tempo transitaria entre as duas bases. E, para o final de 2007, haveria a expectativa
754 de se contar com um novo sistema de benefícios e um novo cadastro, utilizando essa
755 tecnologia. Em relação a demandas correntes, havia, na página da Previdência Social,
756 um conjunto de funcionalidades que permitia o acesso dos segurados a alguns
757 serviços. Realizou-se novo tratamento desses serviços disponíveis e um conjunto de
758 serviços adicionais foi estabelecido no sistema, utilizando o novo paradigma de
759 desenvolvimento para que uma pequena parte da população com acesso direto à
760 Internet ou a grande maioria utilizasse o número 135, uma vez que o telefone seria um
761 instrumento mais democrático, para acessar qualquer serviço e obter um
762 agendamento de horário para ser atendida numa agência da Previdência Social. Outra
763 ação que a Dataprev estaria desenvolvendo dizia respeito à Secretaria de Previdência
764 Complementar e à Secretaria de Previdência Social, que eram pouco servidas pela
765 empresa em termos de tecnologia da informação. Encontrava-se em desenvolvimento
766 um processo de internalização de sistemas no âmbito das duas Secretarias,
767 trabalhando mais especificamente nos projetos novos. Com relação à Secretaria da
768 Receita Previdenciária, a Dataprev continuava atendendo este órgão apesar da

769 iminência da fusão. E houve uma decisão da Secretaria, em novembro, no sentido de
770 promover a modernização dos seus sistemas, adotando uma tecnologia nova, com a
771 previsão de nove projetos que seriam desenvolvidos no ano que vem. Ademais, a
772 Dataprev estaria na iminência de se tornar provedora de soluções de tecnologia da
773 informação do Ministério do Trabalho e Emprego, o que seria considerado como uma
774 ação de governo, porque vários instrumentos utilizados pelo Ministério do Trabalho e
775 pelo Ministério da Previdência Social passariam a ter tratamento único. A empresa
776 mapeara todos os seus processos este ano, em busca da certificação CMMI, nível 2,
777 que seria uma certificação de mercado, com cronograma para dezembro do ano que
778 vem, visando a se posicionar no mercado e ser reconhecida como uma empresa
779 eficiente. Na área de desenvolvimento de softwares, houve uma adequação na
780 estrutura da Diretoria de Desenvolvimento, que atendia os clientes e fornecia
781 soluções, na qual cada departamento cuidava de um cliente específico, sendo que,
782 dentro desses departamentos, havia divisões, porque os clientes também possuíam
783 segmentação. Com o passar dos anos, havia 19 empresas dentro de uma empresa,
784 cada uma trabalhando com um processo e uma tecnologia diferentes, o que teria
785 contribuído para a diversidade tecnológica que existia atualmente no âmbito da
786 Dataprev, causando instabilidade no seu gerenciamento. Foi feita uma alteração para
787 simplificar a estrutura, de modo que ela traduzisse o negócio da empresa, mais
788 especificamente da Diretoria de Relacionamento e Desenvolvimento, que seria a
789 produção de software, contando agora com uma área responsável pelo
790 relacionamento com o cliente, para captar a demanda, e com uma fábrica de projetos
791 de software, uma área para cuidar da especificação do projeto, outra área responsável
792 pela codificação, uma área que zelava pela qualidade, por testes e pelo projeto como
793 um todo e, quando o projeto ficava pronto, as áreas que lhe dariam sustentação
794 seriam os pontos focais do produto dentro da empresa. Quanto ao aumento da
795 capacidade instalada, a Dataprev já não promovia concursos há algum tempo. O
796 último ocorrera em 2001, e não contara com uma boa avaliação interna em termos de
797 resultados, pois não supria suficientemente as necessidades de conhecimento técnico
798 da empresa. Este ano realizara-se concurso para 325 novos analistas, dos quais 240
799 foram alocados na produção de softwares, ou seja, no desenvolvimento de novas
800 soluções. E adotou-se um conceito que o mercado praticaria em larga escala, que
801 seria a descentralização do desenvolvimento, com a implantação de unidades em
802 Santa Catarina, no Ceará e na Paraíba, as quais já vinham funcionando informalmente
803 há algum tempo. O objetivo da criação dessas unidades de desenvolvimento seria
804 basicamente a localização dessas unidades próxima de pólos reconhecidos como
805 formadores de tecnologia da informação, apesar de o salário inicial da Dataprev ainda
806 ser muito baixo, principalmente se comparado ao mercado de tecnologia da
807 informação. Tais cidades possuíam custo de vida inferior ao do Rio de Janeiro, por
808 exemplo, onde estaria localizado o principal centro de desenvolvimento de software.
809 Assim, a intenção seria reter o pessoal até que fosse implementado o plano de cargos
810 e salários da empresa. Tais unidades de desenvolvimento seriam especializadas,
811 sendo que o Ceará trabalharia com a Secretaria da Previdência Complementar e a
812 Secretaria da Previdência Social; a Paraíba se dedicaria ao Ministério do Trabalho;
813 Santa Catarina, à Receita Previdenciária e a alguns novos projetos do INSS; e o Rio
814 de Janeiro, ao INSS. Dessa forma seriam racionalizados os recursos e a empresa
815 poderia contar com uma velocidade de entrega de produções muito maior. A média de
816 idade do seu corpo técnico seria alta, em torno de 46 anos, o que não se considerava
817 adequado na área de tecnologia da informação. Com a entrada dos novos servidores,
818 essa média abaixaria sensivelmente, gerando uma oxigenação considerada muito
819 importante para a empresa. Para o projeto do INSS, foi contratada uma fábrica de
820 software externa, porque a Dataprev não dominaria completamente o paradigma da
821 nova tecnologia. Tal contratação não fora feita pela Dataprev, mas pela Previdência
822 Social, através de um financiamento chamado Pró-Prev, dedicado à sua
823 modernização, porém a gestão técnica seria da Dataprev. Sendo assim, o cliente não

824 demandaria diretamente à fábrica de software, que seria vinculada tecnicamente à
825 empresa, a qual, com base na ordem de serviço estabelecida, determinaria o melhor
826 direcionamento daquela demanda. Tal contrato seria válido por dois anos, e a
827 Dataprev teria que desenvolver 50% do projeto. O novo modelo de gestão fora
828 estimado em algo em torno de 80 mil pontos de função, e essa contratação
829 corresponderia a 40 mil pontos. Ao final do prazo contratual, haveria o total domínio
830 por parte da Dataprev, visando à manutenção desses sistemas no âmbito da empresa
831 e a evoluções posteriores. Encerraram-se todos os contratos de terceirização da
832 Dataprev no final do ano passado, os quais correspondiam a algo em torno de R\$ 6
833 bilhões, de modo que atualmente a empresa resolveria toda a questão do legado com
834 recursos próprios. Com relação à capacitação do corpo técnico, dentro do plano de
835 modernização tecnológica estaria prevista a capacitação e o treinamento. A empresa
836 contava com perfis diferentes, pessoas que trabalhavam ainda no âmbito da análise
837 estruturada, com a linguagem Cobol, que era tradicional, e precisavam ser
838 capacitadas para o novo paradigma de desenvolvimento, além do pessoal recém-
839 nomeado, que deveria ser treinado tanto em termos de negócios quanto em relação às
840 ferramentas de desenvolvimento atuais da Dataprev, que realizara capacitação ao
841 longo deste ano, abrangendo todos os produtos de que dispunha para os seus
842 clientes, para que as suas unidades espalhadas pelo país recuperassem o poder de
843 sustentação local dos produtos. E a questão que mais a preocupava no momento seria
844 como trabalhar com um ente externo por dois anos, esperando que houvesse a
845 absorção de conhecimento. Para tanto, um mês fora dedicado a uma fase chamada
846 *start up*, visando ao alinhamento da relação entre a Dataprev e o consórcio, para que
847 houvesse a migração do conhecimento a cada entrega prestada. Finalizando a sua
848 apresentação, o Sr. Rodrigo Coutinho enfatizou que a Dataprev seria um meio para a
849 Previdência Social alcançar os seus objetivos, com participação em vários processos,
850 como o Censo Previdenciário e a GFIP, cuja carga fora estreitada, passando de 120
851 para 90 dias, o que seria zerado no começo do ano que vem. Em seguida, agradeceu
852 a todos, informando que deixaria uma cópia da sua apresentação para ser distribuída
853 para todos os Conselheiros e chamando a atenção para a descrição de cada processo
854 emanado do que se convencionou chamar de novo modelo de gestão. O Sr.
855 Conselheiro Jorge Higashino parabenizou a mudança de postura da Dataprev, em
856 comparação ao que conhecera no começo dos anos 80, quando trabalhara com o
857 pessoal do INSS na automação do pagamento de benefícios. Na ocasião, segundo o
858 Conselheiro, a empresa criava alguma coisa para o Instituto, e os funcionários do
859 INSS faziam todo o restante. Como técnico de informática, ponderou que havia uma
860 tendência de se considerar essa área como um privilégio, porque somente a sua
861 categoria era conhecedora dos segredos de um computador, sendo os demais simples
862 leigos que pediam opiniões e demandavam novos sistemas. E a informatização nada
863 mais realizava a não ser copiar aquilo que se fazia manualmente, gerando tarefas
864 adicionais para o pessoal da linha de frente do atendimento. Mas estava se operando
865 uma mudança muito importante. Manifestou o seu desconhecimento a respeito da
866 obrigatoriedade de herdar o contrato com a Unisys, informando que foi tratado no
867 Conselho assunto relativo à possibilidade de contratação de software ou de empresa
868 que desse apoio à Dataprev, para liberá-la da obrigação de desenvolver novos
869 sistemas, porém, naquela época, o orçamento aprovado no Conselho não fora
870 utilizado pela Dataprev nem foi informado ao Conselho que havia uma decisão judicial
871 obrigando a empresa a manter todo o sistema da Unisys. Observou que a Unisys seria
872 uma composição derivada da Burroughs, que teria se unido à Univac. E, nos anos 70,
873 houve um processo de troca de equipamentos, mantendo o processamento dentro da
874 Univac, porém desenvolvendo novos projetos e sistemas dentro de outro ambiente, no
875 qual houve uma substituição gradativa, o que não se fizera na Dataprev. Entretanto,
876 em 2007, o projeto apresentado pretendia substituir esses sistemas, porque não se
877 poderia permitir que o Ministério da Previdência Social e o INSS parassem de
878 funcionar. Manifestou o interesse de, posteriormente, conhecer o que o Sr. Rodrigo

879 Coutinho comentou a respeito de Cobol ANS, uma vez que no equipamento IBM a
880 linguagem e os códigos não correspondiam aos da Burroughs, muito menos aos da
881 Univac e de outras marcas afins. Considerou muito importante a nova forma de
882 encarar o problema por parte da nova Diretoria da Dataprev, trazendo para o Conselho
883 o seu programa de trabalho, pois havia Conselheiros providos da área de informática,
884 da área administrativa e de serviços que poderiam colaborar ou até avaliar em
885 conjunto o trabalho apresentado e concordou que a previsão até 2009 para
886 praticamente substituir a plataforma atual seria viável e estava dentro do prazo. O Sr.
887 Conselheiro João Cândido recordou a implantação do CME e a luta da Dataprev, que
888 sempre foi dependente em termos de tecnologia de informática, para desenvolver os
889 seus próprios projetos. E cumprimentou o Sr. Rodrigo Coutinho, a sua Diretoria e o
890 Ministério da Previdência Social, fazendo votos de que todos os seus planos se
891 concretizassem para que os segurados contassem com maior conforto nas suas
892 reivindicações. A Sr^a Conselheira Josepha Theotônia parabenizou o trabalho
893 apresentado, lamentando não possuir o conhecimento técnico do Conselheiro Jorge
894 Higashino para fazer uma avaliação. E manifestou a sua preocupação em relação à
895 segurança do banco de dados, devido à divulgação por parte da imprensa de que, em
896 São Paulo, em qualquer esquina, se comprava um CD com todo o banco de dados da
897 Previdência Social, acrescentando que a sua única comprovação seria a
898 correspondência que vinha recebendo de bancos que sabiam da sua qualidade de
899 aposentada, sendo que o mesmo ocorrera com a sua vizinha, que era pensionista e
900 recebera cartas de entidades de advogados oferecendo serviços para melhorar a sua
901 pensão. O Sr. Conselheiro Benedito Brunca teceu considerações a respeito do
902 trabalho cotidiano para manter a estrutura do INSS em funcionamento, apesar das
903 limitações que foram reportadas, para atender 60 mil pessoas e requerimentos novos,
904 manter os 24 milhões de pagamentos e uma certa estabilidade. Esclareceu que o
905 processo de desenvolvimento de novos sistemas de benefício começou praticamente
906 em 2001 ou 2002, com a revisão de conceitos. E agora, em alguns aspectos, já se
907 colhiam frutos, mas o principal ainda estava por vir, com a retirada do seu
908 funcionamento de plataformas que estavam fora do padrão de mercado, uma vez que,
909 dada à evolução tecnológica e não obstante a manutenção dos serviços, nem sempre
910 fora possível manter o nível de atualização. Informou que a sua área pretendia
911 implantar o SABI em todas as agências da Previdência Social, até o início do ano que
912 vem. E, antes de alcançar essa meta, já estaria programando os próximos cinco ou
913 dez anos, para responder ao desafio de manter o legado e desenvolver a projeção
914 para o futuro, proporcionando tranqüilidade para a Casa, no sentido de saber que
915 poderia prestar um atendimento adequado para a população. O Sr. Conselheiro Luiz
916 Epaminondas esclareceu, em relação ao comentário da Conselheira Josepha
917 Theotônia, que havia máquinas nas entidades sindicais, por meio das quais todos
918 tinham acesso aos dados de beneficiários, para verificar processos e uma série de
919 informações, mas agora elas se encontravam travadas e seria necessário analisar os
920 dados um por um. Por isso um grande número de pessoas possuía essa listagem que
921 atualmente deveria estar defasada. O Sr. Rodrigo Coutinho agradeceu a todos,
922 ressaltando que, por ser servidor da Previdência Social e ocupar um cargo de
923 confiança, se sentia ainda mais responsável, principalmente em relação aos sistemas
924 informatizados, dos quais todos usufruiriam posteriormente. Informou que o processo
925 de modernização já se encontrava em curso, com as metas que apresentara, sendo
926 que transparência seria a palavra de ordem. E lembrou que fizera a sugestão de uma
927 apresentação, com o apoio do pessoal do INSS, que seria detentor das regras de
928 negócio, para explorar melhor os processos. Além disso, sugeriu, para o ano que vem,
929 que se realizasse uma reunião do CNPS no Cosme Velho, Rio de Janeiro, para os
930 Conselheiros conhecerem a Dataprev. Quanto à migração em prazos razoáveis,
931 enfatizou que propostas mirabolantes foram apresentadas para a Dataprev, no sentido
932 de desenvolver aqueles projetos em alguns meses, o que continuava a ocorrer, porém,
933 segundo o Sr. Rodrigo Coutinho, não existia empresa no mundo que tivesse feito um

934 processo de *downsize* como o que a Dataprev realizava em relação ao Cadastro
935 Nacional de Informações Sociais, que possuía volumes extremamente altos. Em
936 relação à observação da Conselheira Josepha Theotônia sobre segurança, esclareceu
937 que havia uma preocupação constante não só em relação ao futuro, mas também no
938 ambiente atual. Inclusive havia uma Coordenação-Geral de Segurança dentro da
939 Dataprev que estaria atenta a essas questões. Quanto aos CDs que foram
940 encontrados, informou que foram abertas sindicâncias internas, houve ações da
941 Polícia Federal e haveria desdobramentos, mas tais providências não eram noticiadas.
942 Assegurou que havia uma preocupação sistemática com a questão da segurança tanto
943 em termos de prevenção quanto de repressão e que o exercício de se manter
944 segurança em tecnologias antigas seria mais difícil e custoso, portanto a
945 modernização também facilitaria muito esses controles. O Sr. Presidente agradeceu a
946 apresentação do Sr. Rodrigo Coutinho, acrescentando que a Secretaria de Políticas de
947 Previdência Social possuía uma série de sistemas e aplicações que se relacionavam
948 agora com a Dataprev, o que não ocorria no passado, devido à desconfiança em
949 relação à empresa. Informou que, quando ingressou, em 2003, na função de
950 Secretário de Previdência Social, os sistemas já haviam sido desenvolvidos em anos
951 anteriores, com recursos da própria Secretaria, para não depender da Dataprev, mas o
952 trabalho de gestão que vinha sendo realizado pela equipe da Dataprev tinha gerado
953 muita segurança. Aditou que a Secretaria de Políticas de Previdência Social vinha
954 sendo atendida pela unidade de desenvolvimento do Ceará, que possuía um pessoal
955 motivado, que prestava um bom atendimento, o que trazia tranqüilidade para o futuro
956 do relacionamento entre a Dataprev e a Secretaria. Em seguida, perguntou aos Srs.
957 Conselheiros se poderia incluir a apresentação da Dataprev e as suas propostas de
958 trabalho na resolução aprovada para o INSS, o que foi aprovado.

959

960

961 VI – OUTROS ASSUNTOS

962

963 O Sr. Presidente informou que, nos dias 23 e 24 de novembro passado, realizou-se
964 em Brasília a reunião da Comissão Multilateral Permanente do Acordo Multilateral de
965 Previdência do Mercosul, com a participação do Sr. Rodrigo Coutinho, como
966 representante da Dataprev, que estaria encarregada da construção de meios de
967 comunicação entre os sistemas previdenciários dos quatro países, e do Sr. Benedito
968 Brunca, que seria um dos Conselheiros membros da Comissão Multilateral
969 Permanente. E o Brasil, como Presidente *Pro-Tempore* do Mercosul, foi o anfitrião
970 dessa reunião, que culminou com muitos avanços, uma vez que foi aperfeiçoado o
971 formulário de comunicação sobre perícias médicas entre os países e se aprovou um
972 manual de perícia médica elaborado por um comitê de peritos médicos dos quatro
973 países, que funcionaria como uma espécie de dicionário para promover a
974 convergência de interpretações entre os médicos peritos dos países integrantes do
975 Mercosul, dado que o conceito de incapacidade também teria uma dimensão cultural.
976 Ademais, foi elaborado um cronograma de trabalho entre as áreas de informática dos
977 países-membros, com o envolvimento da Dataprev, na medida em que a própria
978 América do Sul poderia se tornar um mercado para a prestação de serviços de
979 informática a entidades de previdência social. E se fizera um convite à Venezuela para
980 assinar o acordo de seguridade do Mercosul, o que foi aceito pelo seu representante,
981 que se comprometeu a fazer os ajustes na sua legislação previdenciária até 2008,
982 para que houvesse a plena adesão não só ao Acordo Geral do Mercosul, mas também
983 ao Acordo de Seguridade Social. Além disso, o Ministério da Saúde do Brasil e os
984 órgãos de previdência dos demais países do Mercosul que atendiam à saúde
985 cobertura de saúde entraram em acordo para atender aos cidadãos que estavam em
986 deslocamento entre os países do Mercosul, o que também estaria previsto no âmbito
987 do Acordo Multilateral do Mercosul, visando ao reconhecimento recíproco de tempos
988 de contribuição e para a concessão de benefícios. Na semana passada, estiveram no

989 Chile o Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, Sr. Carlos Eduardo
990 Gabas, o Sr. Benedito Adalberto Brunca, Diretor de Benefícios do INSS, o Sr. João
991 Donadon, Diretor do Departamento de Regime Geral, e o Sr. Jorceli Pereira,
992 Coordenador de Legislação e Normas da Secretaria de Políticas de Previdência
993 Social, para negociar um novo acordo de Previdência Social, uma vez que o atual
994 datava do início da década de 90 e houve diversas alterações de legislação nos dois
995 países. Tal providência fora coroada de êxito. Haveria uma minuta do novo acordo que
996 os chanceleres dos dois países assinariam para ser posteriormente encaminhada ao
997 Congresso Nacional, visando a sua ratificação. E a Previdência Social recebera
998 comunicação oficial da Alemanha, manifestando-se no sentido de negociar acordo de
999 previdência com o Brasil, no segundo semestre do ano que vem, porque no primeiro
1000 semestre a Alemanha ocuparia a Presidência *Pro-Tempore* da União Européia, pois
1001 haveria algo em torno de 50 mil brasileiros na Alemanha e aproximadamente o mesmo
1002 número de alemães no Brasil. Tendo em vista que Japão, Estados Unidos e Alemanha
1003 são países com os quais o Brasil não tem acordo de Previdência Social, há uma
1004 sinalização positiva no sentido de realizar essa negociação. Em seguida, o Sr.
1005 Presidente passou a analisar o cronograma de reuniões do Conselho Nacional de
1006 Previdência Social para o ano que vem, começando no mês de fevereiro, dia 28, em
1007 março, dia 28, em abril, dia 25, em maio, dia 30, e em junho, dia 27. Quanto às
1008 reuniões de julho e agosto, em função da necessidade de se fixar uma data que
1009 permitisse ao Conselho participar mais ativamente do processo de elaboração do
1010 orçamento, o Sr. Presidente perguntou para o representante do Ministério do
1011 Planejamento se o dia 8 de agosto, que seria a segunda quarta-feira do mês, seria
1012 uma data boa para realizar a reunião do Conselho. O Sr. Conselheiro Rodrigo
1013 Carvalho respondeu que o dia 8 de agosto seria uma data razoável e sugeriu que a
1014 reunião de julho fosse adiada para o dia 8 de agosto, porque assim haveria tempo
1015 para, até o dia 29, se saber como ficaria o orçamento, sem a necessidade de esperar
1016 até setembro. O Sr. Presidente lembrou que no final de julho, início de agosto serão
1017 divulgados os parâmetros e, no final de agosto, deveria ser encaminhada a proposta
1018 de lei para o Congresso Nacional. O Sr. Conselheiro Jorge Higashino propôs a
1019 realização de três reuniões: a primeira para o Conselho conhecer, avaliar e trabalhar
1020 com o orçamento; a segunda para apresentar as suas propostas; e a terceira seria
1021 conclusiva, com o objetivo de encaminhar para a área de orçamento. Então, o Sr.
1022 Presidente propôs que se realizassem as reuniões nos dias 25 de julho, 8 de agosto,
1023 29 de agosto, 26 de setembro, 31 de outubro, 21 de novembro e 12 de dezembro,
1024 perguntando em seguida se todos concordavam, o que foi aprovado. A Sr^a
1025 Conselheira Josepha Theotônia perguntou qual seria a pauta para a próxima reunião,
1026 ponderando a respeito da necessidade de se discutir o reajuste das aposentadorias e
1027 pensões no mês de fevereiro, diante da possibilidade de se antecipar tal medida. E
1028 indagou ao Sr. Presidente se a nota técnica sobre o projeto de lei que tramitava no
1029 Congresso, referente aos reajustes, estaria disponível. O Sr. Presidente informou que
1030 poderia lhe passar o cálculo. A Sr^a Josepha Theotônia perguntou se o décimo terceiro
1031 poderia ser discutido junto com o reajuste, ponderando que se este ano foi paga em
1032 setembro a metade do salário mínimo, seria possível pensar em antecipar esse
1033 pagamento em 2007. Discorrendo sobre o crédito consignado, informou que
1034 reconsiderara a sua posição, que sempre fora contrária ao empréstimo, porque notava
1035 que ele seria de muita utilidade para quem ganhava menos, e havia a questão dos
1036 juros, sobre a qual seria necessário o Conselho opinar, uma vez que considerava o
1037 teto de 2,78% muito alto. E indagou se o assunto também poderia constar da pauta da
1038 reunião do Conselho. O Sr. Presidente ponderou que seriam vários assuntos para
1039 serem discutidos no ano que vem. Segundo a Sr^a Josepha Theotônia, seria o reajuste
1040 das aposentadorias e pensões, a antecipação do décimo terceiro e a diminuição dos
1041 juros, lembrando que a reunião do grupo de trabalho fora postergada e poderia ocorrer
1042 no começo de fevereiro. O Sr. Conselheiro Luiz Epaminondas informou que a metade
1043 do décimo terceiro seria concedida em julho do próximo ano, o que isso fazia parte da

1044 negociação realizada no ano passado. Em seguida, agradeceu aos Srs. Conselheiros,
1045 desejando-lhes um feliz 2007 e manifestando a expectativa de que todos tivessem
1046 muita saúde e sorte no ano vindouro.

1047

1048

1049 **VII – ENCERRAMENTO**

1050 Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos,
1051 desejando-lhes um bom retorno às suas casas, um excelente Natal e um ótimo início
1052 de ano, e declarou encerrada a 128ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
1053 Previdência Social. Para constar, eu, Júnia Costa, lavrei a presente Ata. Brasília, 13
1054 de dezembro de 2006.